

Época Normal

Semestral

☒ 1ª Chamada☐ 2ª Chamada

Anual

☐ 1ª Chamada☐ 1º Teste☐ 2º Teste☐ Global☐ 2ª Chamada

Época Recurso

☐

Época Especial

☐

Exame Especial

☐

Duração: 02 h 00 m

Tolerância: 0 minutos

☒ Com Consulta LEO (Lei n.º 91/2001)☐ Sem consulta

Docente: Soraia Marla Gonçalves

Data: 23 / 06 / 2007

Notas:

- Esta prova é constituída por uma **PARTE A**, um Teste de Escolha Múltipla que vale 8 valores e uma **PARTE B** com três questões a valerem 12 valores (4 valores cada).
- Na **PARTE A** responda a **uma e uma só** das alíneas, no enunciado do exame.
- Atenção que se pode pedir a afirmação verdadeira ou a afirmação que **não é** verdadeira.
- Responda a uma e uma só das alíneas seguintes fazendo um círculo em torno da alínea que lhe parece correcta.
- Se se enganar, risque por cima e escreva o círculo noutra alínea que considere correcta.
- Só há **uma** resposta certa. Uma resposta **certa** tem a cotação de 0,5 valores e uma resposta **errada** terá uma cotação negativa de 0,2 valores.
- As respostas às questões da **PARTE B** devem ser dadas nas folhas de exame.
- Não é permitido qualquer contacto com os colegas.
- Não é permitido o uso de telemóveis durante a prova.
- Não são permitidas saídas durante a realização do exame.
- Preencha os cabeçalhos de cada uma das folhas de exame e ponha um elemento identificativo em cima da mesa em local visível.
- Coloque o nome e número nesta página no canto superior direito.

Bom trabalho!

PARTE A

1. Diga qual das seguintes afirmações é do âmbito da análise positiva:
 - a) As quotizações sociais pagas pela entidade patronal são altas.
 - b) Espera-se que a taxa de desemprego aumente em 2007.
 - c) O salário mínimo nacional é baixo.
 - d) A tributação sobre o consumo de luxo é excessiva.
2. Diga qual das seguintes afirmações é falsa:
 - a) Os defensores do Estado Mínimo advogam que os impostos devem ser baixos.
 - b) Os defensores do Estado de Bem-Estar dão uma importância grande à função redistribuição.
 - c) Os que consideram o Estado Imperfeito dão ênfase à necessidade de impor restrições às actividades dos governos.
 - d) Os defensores do Estado de Bem-Estar não dão importância à função afectação.
3. Os economistas clássicos (Smith, Ricardo, John Stuart Mill,...) consideram que a função essencial do Estado é a:
 - a) Função afectação.
 - b) Função redistribuição.
 - c) Função estabilização.
 - d) Função de defesa.
4. A metodologia moderna de orçamentação por actividades está presente:
 - a) No mapa plurianual PIDDAC.
 - b) No mapa das despesas dos serviços integrados, por classificação económica.
 - c) Nas fichas de notação orçamental.
 - d) No mapa das despesas correspondentes a programas.
5. Qual das seguintes afirmações não é verdadeira relativamente ao subsector serviços e fundos autónomos:
 - a) O regime de administração financeira que os caracteriza é o regime de execução regra.
 - b) Podem possuir autonomia administrativa e financeira mesmo que não possuem receitas próprias que cubram 2/3 das suas despesas.
 - c) A sua existência é determinada pela descentralização administrativa.
 - d) Possuem autonomia patrimonial.

6. Um bem público puro é um bem:
- a) Onde não há rivalidade no consumo e não há exclusão.
 - b) Onde não há exclusão mas há alguma rivalidade no consumo.
 - c) Onde não há rivalidade no consumo e a exclusão, se possível, não é desejável.
 - d) Onde não há exclusão e há rivalidade no consumo.
7. Um sistema fiscal deve ter um conjunto de características que o tornem socialmente aceitável. Uma dessas características é a eficácia financeira, segundo a qual:
- a) O sistema fiscal deve ser um instrumento eficaz de estabilização automática da conjuntura.
 - b) Os custos da administração fiscal devem ser inferiores às receitas fiscais.
 - c) As regras tributárias devem ser estáveis e de fácil compreensão pelos contribuintes.
 - d) As receitas fiscais devem satisfazer os objectivos de política orçamental.
8. A regra de ouro das Finanças Públicas consiste em:
- a) Pagamento de despesas correntes com receitas de capital.
 - b) Despesas de capital serem financiadas totalmente por receitas de capital.
 - c) Existência de excedente de capital.
 - d) Despesas de capital serem financiadas parcialmente pelo recurso ao endividamento.
9. Do ponto de vista da autonomia orçamental podemos considerar a existência dos regimes:
- a) Autonomia administrativa, autonomia administrativa e financeira.
 - b) Independência orçamental, autonomia administrativa e autonomia administrativa e financeira.
 - c) Autonomia patrimonial, autonomia de tesouraria e autonomia creditícia.
 - d) Nenhuma das anteriores.
10. O controlo em curso de execução é feito no decurso das seguintes etapas de execução da despesa:
- a) Liquidação, autorização do pagamento e pagamento.
 - b) Autorização da despesa, autorização do pagamento da despesa e pagamento da despesa.
 - c) Verificação, liquidação e autorização do pagamento.
 - d) Processamento, liquidação e realização.
11. Qual das seguintes situações consiste numa violação das regras de execução das despesas:
- a) O facto gerador da despesa deve respeitar as normas legais aplicáveis.
 - b) No caso de consignação a despesa fica sujeita apenas ao cabimento na rubrica respectiva.
 - c) A despesa deve ter cabimento na respectiva rubrica.
 - d) Nenhuma das anteriores.

12. Na teoria da escolha pública o comportamento dos dirigentes da administração pública (burocratas) é *modelizado* como tendo como objectivo principal a:
- a) Maximização do nível de serviços.
 - b) Maximização da dimensão do orçamento.
 - c) Maximização das vendas.
 - d) Minimização do risco.
13. Qual das seguintes afirmações é falsa no âmbito do ciclo orçamental, considerando a data de hoje:
- a) Decorre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, relativamente à despesa do Orçamento de 2007.
 - b) Decorre a fase do controlo concomitante da despesa do Orçamento de Estado de 2007.
 - c) Decorre a fase de aprovação da Conta do Estado de 2006.
 - d) Nenhuma das anteriores.
14. No ordenamento português, a existência do período complementar para a execução das despesas refere-se a:
- a) Uma aplicação do sistema do orçamento de exercício.
 - b) Uma violação da regra da anualidade.
 - c) Uma violação do sistema de orçamento de exercício.
 - d) Nenhuma das anteriores.
15. Os modernos Estados ocidentais têm à sua disposição uma ampla variedade de fontes de financiamento. Qual é a sua principal fonte do seu financiamento:
- a) Receitas não efectivas e voluntárias.
 - b) Receitas efectivas de natureza bilateral.
 - c) Receitas correntes.
 - d) Receitas não efectivas de carácter unilateral.
16. No actual contexto de equilíbrio substancial dos serviços integrados, qual das seguintes afirmações é verdadeira:
- a) Os empréstimos podem ser utilizados para fazer face a despesas correntes.
 - b) A distinção chave considerada é a entre despesas ordinárias e despesas de extraordinárias.
 - c) Os empréstimos podem ser utilizados para a aquisição de bens e serviços.
 - d) A distinção chave considerada é a entre despesas correntes e despesas de capital.

PARTE B

1. A existência de subsídio de desemprego constitui, por si só, um componente de política orçamental, concretamente um estabilizador automático.
 - 1.1. Diga o que entende por estabilizadores automáticos.
 - 1.2. De que modo o subsídio de desemprego funciona como estabilizador automático.
2. O Orçamento de Estado é alvo de diversos tipos de controlo, nomeadamente do controlo externo.
 - 2.1. Diga o que entende por controlo externo e qual o modelo adoptado em Portugal.
 - 2.2. Qual ou quais a(s) entidade(s) que o levam a cabo explicitando as suas áreas de actuação.
3. Admita que durante a respectiva execução orçamental, por sugestão do grupo parlamentar do partido mais votado, o Governo, através de um decreto-lei, resolve efectuar uma inscrição de verbas para fazer face ao pagamento, durante o período orçamental, do chamado “rendimento social de inserção”, destinado a combater situações de pobreza mais acentuada. Pronuncie-se sobre a legalidade deste procedimento.